

# PORTO & MAR



CARL OS NOGUEIRA - 9/8/12

Reporto barateava o custo de investimentos feitos pelos operadores

## Reporto: setor prevê revisões de contratos

DO ESTADÃO CONTEÚDO E DA REDAÇÃO

O setor portuário brasileiro prevê uma onda de pedidos de reequilíbrio de contratos caso o benefício fiscal conhecido como Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) não seja retomado. A apreensão manifesta nesta semana se deve ao movimento do presidente Jair Bolsonaro (PL), que vetou a reativação do incentivo fiscal dentro do projeto BR do Mar - que prevê incentivos para o transporte de cabotagem.

Responsável por suspender a cobrança do IPI, do PIS/Cofins e do Imposto de Importação na compra de máquinas, equipamentos e outros bens no segmento portuário e de ferrovias, o Reporto barateava o custo de investimentos realizados pelos operadores.

A estimativa do setor é de que a descontinuidade do regime vai representar uma tributação que pode chegar a 42% na compra de equipamentos - um impacto que vai além do aspecto financeiro por si só.

“O reequilíbrio significa talvez minimizar o prejuízo, mas para o negócio é

péssimo, porque queremos as condições para fazer os investimentos”, afirmou o presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Conceição da Silva.

Apesar de contar com o apoio do Ministério da Infraestrutura, o Reporto foi barrado por orientação do Ministério da Economia, sob argumento de que a renovação do benefício configuraria renúncia de receita sem compensação.

### MOBILIZAÇÃO

Diversos políticos manifestaram contrariedade com a situação nos últimos dias. Os deputados federais que representam a Baixada Santista na Câmara dos Deputados, por exemplo, já falam em lutar para derrubar o veto de Bolsonaro.

Júnior Bozzella (PSL) e Rosana Valle (PSB) garantiram nesta semana que trabalharão para mobilizar os colegas de Plenário em prol do benefício tributário, enquanto Marcelo Squassoni (Republicanos) afirmou que buscará uma solução consensual na análise do veto.